

## Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP Santos-2014

### **Pesquisas alimentares dentro do projeto da nação Brasil: IBGE e o ENDEF (1974/1975)**

ADRIANA SALAY LEME\*

Manifestado não apenas nas políticas públicas, mas também nas artes plásticas, literatura, produções acadêmicas e outras áreas, o desejo de entender e retratar o Brasil já foi estudo a partir de diversos ângulos. Porém, se por um lado, no campo da alimentação ele ainda carece de alguns esclarecimentos sob a ótica das Ciências Sociais, muito incipientes também são os trabalhos históricos que tratam das pesquisas quantitativas no Brasil. Por isso, a proposta neste texto é analisar o contexto do surgimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sua maior pesquisa sobre consumo alimentar e perfil nutricional, o Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), feita anos depois. Interpretaremos seus resultados e como eles foram entendidos para o projeto da construção do Brasil à mesa. Enfim, o que era a realidade alimentar daquela época e como estes dados foram usados para a campanha nacionalista durante a ditadura militar.

Os dados seriados são importantes para entender as permanências, transformações e comportamentos sociais, porém esses indicadores quantitativos receberam pouca atenção histórica. Podemos destacar neste campo o trabalho do historiador Eduard Thompson, em seu livro, *A formação da classe operária inglesa*, principalmente no volume II. Para ele, os principais meios para conhecer os padrões de vida do proletariado eram indicadores de hábitos alimentares, habitação ou vestimentas. “Thompson também chama atenção para a questão envolvida na dieta – ao mencionar, por exemplo, o caso dos trabalhadores rurais e mineiros e seus hábitos de ingestão de bebidas alcoólicas, em especial de cerveja ‘essencial para o desempenho de qualquer trabalho pesado’” (RODRIGUES, 2009: 43). Esses dados, usados como fontes históricas, são importantes meios para entender os hábitos de uma sociedade, mas também para analisar os projetos envolvidos a partir dos resultados gerados, ou seja, como os governos e órgãos gestores se apropriaram dessas informações. Segundo Jaime Rodrigues, muito do que se produziu olhando para as bases sociais procuraram, durante muito tempo, a homogeneidade e assim projetos foram criados para direcionar padrões alimentares dessas bases (2011: 201).

Para entendermos a pesquisa em questão, precisamos antesolhar para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão responsável por ela. Sua criação é uma das

---

\* Mestranda pela Universidade Estadual de São Paulo - USP, financiada pela Capes.

## Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP Santos-2014

2

conseqüências do processo de centralização, burocratização e racionalização do poder estatal durante o Estado Novo. Forjar a nação a partir de grandes regionalismos não era uma simples tarefa. “Em 1937 o Governo Vargas derruba as barreiras alfandegárias, queima, em cerimônia pública, no Rio de Janeiro, as bandeiras estaduais e brande o dístico: ‘Grande só o Brasil’” (PENHA, 1993: 58). Esta centralização se explicita não apenas pela criação deste, mas de diversos órgãos federais, entre eles, o Conselho Nacional do Petróleo, Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939), Conselho Nacional de Minas e Metalurgia e a Companhia Vale do Rio Doce (1942) (PENHA, 1993:48). O discurso versava sobre a necessidade de dinamizar e modernizar os aparelhos do Estado.

Até então o Brasil tinha como órgão voltado para pesquisas quantitativas a Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871. Esse mudou algumas vezes de nome e função, mas não era suficiente para atender as demandas da nova República. Em 1936 Getúlio Vargas efetiva a criação do INE – Instituto Nacional de Estatística que já existia por decreto desde 1934. No mesmo ano, há a Convenção Nacional de Estatística que “serviu como base legal para o que Vargas chamaria de ‘arcabouço dos sistemas de informação’” (IBGE, 2014). O objeto do governo federal era concentrar, racionalizar e padronizar as pesquisas e sistema de informação no país e fazer a integração socioespacial. Logo depois, em 1937, nasceu o Conselho Brasileiro de Geografia (CBG) que incorporou o INE. Assim, já na época do Estado Novo, em 1938, o Decreto-Lei n. 218 cria o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A criação do IBGE respondia a demanda do Estado para conhecer o território e poder planejar as políticas públicas através de estudos científicos, mas era, acima de tudo, “inspirado pelo pensamento político de unidade e progresso do país, disse Mário Augusto Teixeira de Freitas, secretário-geral do Instituto em 1943”(RUBINSTEIN, 2007: 80). Estava ligado à tentativa de entender o Brasil e formar uma imagem única (FGV, 1940. P 129):

*No princípio era o caos! Reinavam a desordem e a confusão no quadro territorial brasileiro. Nenhuma norma racionalizadora se impunha, em meio ao tumulto, no sentido de uma razoável caracterização dos âmbitos geográficos. O Brasil não tinha, dessa maneira, a medida exata de sua grandeza física, porque lhe faltavam os elementos indispensáveis à perfeita definição de sua imagem. Por conta do desconhecimento do quadro territorial em detalhes, os levantamentos estatísticos quase sempre resultavam em fracasso. A própria administração pública brasileira, nos três planos de sua constituição – federal, estadual e municipal – deparava-se*

## Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP Santos-2014

3

*com a questão de fundamental importância que era a do desconhecimento da ubiquação e condições topográficas de sua área de jurisdição.*

Entre os assuntos para se entender no Brasil, a alimentação era central. Partimos da premissa de que as hábitos alimentares são fatores importantes para a formação da idéia de comunidade e que estes foram usados como parte do projeto político de centralização e consolidação da unidade, principalmente um contexto ditatorial. Jaime Rodrigues mostra em seu livro, *Alimentação, vida material e privacidade*, que a preocupação governamental com a alimentação vem desde o início do século XX, aumentando o mapeamento da alimentação popular no Brasil. As deficiências nutricionais eram, inclusive, uma das explicações para o atraso do país. Esse foi o argumento utilizado no I Congresso Brasileiro de Higiene em 1923 (RODRIGUES, 2011: 37). Na Revista Brasileira de Geografia de 1940 aparece (316):

*Num país velho e esgotado, o Recenseamento constitui motivo de melancolia nacional porque as investigações censitárias revelam apenas estacionamento, recuo, decadência. Mas num País como o Brasil, jovem e vigoroso, o Recenseamento deve constituir motivo de exaltação nacional, porque os resultados censitários traduzem progresso, movimento para a frente e marcha para o alto.*

O projeto ganha força nos anos 30, com o primeiro inquérito alimentar, como era chamado na época, que foi comandado por Josué de Castro em 1932. Feito em Recife, ele contou com a entrevista de 2585 pessoas. A preocupação de Castro era mapear as lacunas e promover políticas públicas para erradicar a fome. “Mais grave ainda que a fome aguda e total, devido às suas repercussões sociais e econômicas, é o fenômeno da fome crônica ou parcial, que corrói silenciosamente inúmeras populações do mundo” (CASTRO, 2003: 83).

Assim, ampliam-se os inquéritos alimentares para o diagnóstico desta sociedade, principalmente da classe operária, as máquinas que trabalhavam incessantemente (CASTRO, 1946: 54).

*Um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos reside exatamente no pouco conhecimento que se tem do problema em conjunto, como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais.*

## Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP Santos-2014

4

Muitas destas pesquisas feitas entendiam que a população era ignorante em relação à alimentação e a deficiência nutricional não era um problema de renda, mas sim da “má” escolha. No texto *Alimentação do trabalhador*, de Alexandre Moscovo feito para o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária do MEC em 1940, aparece (RODRIGUES, 2011: 95):

*O trabalhador não usa legumes, não se utiliza de frutas, não toma leite e não come ovos, embora possa encontrá-los ao alcance, sem grande esforço, oferecidos pela uberdade do solo nacional a troco de diminuto trabalho ou mesmo sem ele pela sua espontânea fertilidade. É o lastimável contraste entre a pujança da terra e o depauperamento orgânico do homem, conduzindo ao enfraquecimento da raça, resultantes da ignorância, da falta de educação e do descaso público na orientação de uma política alimentar para a solução do problema.*

Era necessário combater a “ignorância” da população que optava pelos mesmos alimentos e espalhar a idéia de uma alimentação racional “como base de políticas públicas na área” (RODRIGUES, 2011:105). Tal proposta resultou em vários estudos. Como um movimento dinâmico que se retroalimenta, os inquéritos alimentares auxiliavam o entendimento do país e forneciam material para a criação do discurso e da imagem que se tornava um projeto para modificar os hábitos.

Esta relação era usada também em outros países, entre eles, a Itália. Janine Collaço, em sua tese sobre formação da identidade italiana em São Paulo, mostra como Mussolini utilizou o alimento para construir a idéia de uma só nação, culturalmente unificada. O governo fascista dedicou grandes esforços para uma campanha sobre o consumo, mais do que para a produção. Uma delas, por exemplo, tratava de promover o pão de farinha branca, criando, inclusive, a Festa do Pão (2009: 49). Ora, essa campanha não poderia ser criada a partir de algo que não era familiar àquela sociedade, assim o pão, que já era consumido por boa parte da população, ganha a cena principal e passa a ser alimento fundamental.

No Brasil, a ditadura militar pós 1964 tinha como mote para a propaganda “o país do futuro” e o “milagre econômico”. A grande desigualdade social era mascarada pela idéia de desenvolvimento e que este atendia a demanda da nação e proporcionava à população maior poder de consumo. Neste contexto, surge a necessidade de estudar o poder de compra e hábitos dos brasileiros e para isso uma pesquisa que, a princípio, era para determinar tais dados e ajudar a formar os preços.

O IBGE já existia como sistema nacional de pesquisa, como foi mostrado, fruto do

## Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP Santos-2014

5

Estado Novo. Mas esse sistema ainda apresentava, segundo o governo Médici, deficiências que atrasavam os estudos (SENRA 2009b). Assim, no começo dos anos 70, o IBGE é reformulado, “passando a ser concebido como elemento de materialização e sustentação da integração entre os sistemas de pesquisa e planejamento e se apresentando como intérprete da realidade nacional” (SENRA, 2009a). Essa tendência de centralização fez com que este órgão fosse vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A mudança deste cenário só virá 1985, com o retorno à democracia e a criação da Comissão de Reforma Administrativa (CRA).

Para atender a demanda governamental, Isaac Kerstenetzky, então presidente da Fundação IBGE, pretendia a construção de um índice nacional de preços. Um grupo de trabalho foi criado para essa tarefa, que não poderia ser cumprida sem a pesquisa de orçamento familiar. Na procura de uma metodologia que respondesse a este pedido, fizeram um acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e adotaram uma linha de pesquisa francesa que estava preocupada com a diferença entre orçamento e capacidade de escolha nutricional (MALAVOTA, 2013). Nascia o Estudo Nacional da Despesa Familiar, o ENDEF, comandada por Luiz Affonso Parga Nina e que se tornou a primeira grande pesquisa sobre o consumo alimentar doméstico feita de forma centralizada e nacional.

Sua formulação, diferentes das pesquisas similares que sucederam-na, está pautada no debate sobre segurança alimentar e seria dada aqui maior atenção ao consumo e não apenas à aquisição. “Pretendia-se, com isso, obter elementos para estudos sobre condições de nutrição” (IBGE, 77, p11). No jornal *Folha de São Paulo* de 21 de agosto de 1974 saí a matéria com o título: “O Brasil vai saber quem come bem e quem come mal”. Queriam compreender a forma de se alimentar no país do “milagre econômico” (IBGE, 77, p11):

*a busca de informações diversificadas, em setores não suficientemente cobertos pelos sistemas convencionais, interessando a áreas de estudos sociais e econômicos, Procura-se, assim, atender principalmente às necessidades de planejamento tanto governamental como privado, compondo uma visão geral que congrega aspectos distintos da situação nacional, pouco conhecidos alguns e desconhecidos outros.*

O início do trabalho de campo foi em 19 de agosto de 1974, terminando em 11 de agosto de 1975. Cada agente visitava dois domicílios escolhidos durante uma semana, sete

## Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP Santos-2014

6

dias consecutivos, duas ou três vezes ao dia. Eles anotavam os produtos consumidos em um questionário padrão composto por vinte e cinco campos e a quantidade correspondente que era contabilizado em quilograma por pessoa. Para isso, acompanhavam as refeições, pesando cada uma, inclusive as sobras que eram contabilizadas novamente (IBGE, 1974). Também eram feitos comentários sobre inúmeros aspectos. Ao final do questionário fechado havia um item, "Observações sobre a unidade pesquisada", no qual o agente poderia colocar suas impressões que não foram contempladas pelas opções anteriores. Esse espaço era uma novidade nas pesquisas estatísticas no país e enfrentou dificuldades para ser levada em consideração, não ganhando uma análise de fôlego até hoje. O registro era para a criação de um banco de dados não estruturados que iriam ser cruzados com os dados quantitativos (MALAVOTA, 2013).

“Aos hábitos alimentares era dispensada atenção especial, registrando-se informações sobre o cardápio da família durante o período observado e os custos da alimentação.” (MALAVOTA, 2013). Outros elementos eram ponto de atenção da pesquisa, como vestuário, moradia, aquisição de bens, medicamentos e trocas não monetárias. Infelizmente, esses arquivos não são disponibilizados para consulta pelo IBGE.

Para a amostra, foram escolhidos mais de 55 mil domicílios com o total de 53.311 famílias em âmbito nacional. O IBGE define como domicílio (IBGE, 1974: 10):

*a moradia estruturalmente independente, constituída por um ou mais cômodos com entrada privativa. Por extensão, edifícios em construção, embarcações, veículos, barracas, tendas, grutas e outros locais que estiverem servindo como moradia, também serão considerados como Domicílios.*

Classificam os domicílios em dois tipos: os particulares, que servem de moradia para uma ou mais família (no máximo cinco), mesmo que esta estejam localizados em um estabelecimento industrial ou comercial. Também são considerados domicílios particulares, os que estiverem servindo de moradia a uma só pessoa, ou a grupos de até cinco pessoas não ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. “As casas de cômodos (cabeças-de-porco, cortiços, etc.) e os edifícios de apartamentos constituirão um conjunto de domicílios particulares” (IBGE, 1974: 11). O segundo tipo, domicílios coletivos, são os “hotéis, pensões, asilos, orfanatos, recolhimentos, conventos, penitenciárias, quartéis, etc. (...) ou que sejam

## Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP Santos-2014

7

ocupados por um grupo de seis ou mais pessoas sem laço de parentesco ou subordinação doméstica (...)” (IBGE, 1074:11). Estes não foram objeto de pesquisa.

Dois fatores tornam essa pesquisa ímpar no que tange as outras feitas pelo IBGE: a associação entre elementos qualitativos e quantitativos, já que combinavam os dados estruturados das questões fechadas com observações abertas feitas pelo agente, e a preocupação com o que de fato era consumido e não apenas o que era adquirido. Aqui focaram também em definir o “ritmo alimentar”. A partir das quatro refeições diárias, café da manhã, almoço, lanche e jantar, faz-se as combinações possíveis das várias formas do peso dessas refeições na alimentação. Ao todo surgiram quinze ritmos diferentes. Para o ritmo *café-almoço-jantar*, por exemplo, o estudo estimou os pesos 0,18; 0,49 e 0,33. Isso quer dizer que o café da manhã representa 18% das calorias ingeridas no dia, assim como o almoço 49% e o jantar 33% (IBGE, 77: 14).

Apesar na complexidade no recolhimento dos dados, estes não foram analisados a ponto de apresentarem resultados sobre o consumo como poderia ser feito . Alguns estudos pontuais surgiram tempos depois, como *Os principais tipos alimentares do Brasil* de Mauricio Pereira Leite Vasconcellos, publicado em 1987 pela FAO. Uma pesquisa pioneira no método e na abrangência, em um período no qual ela era muito necessária, não teve seus resultados divulgados em sua totalidade. A partir de estudos posteriores podemos hoje concluir alguns elementos.

O ENDEF identificou 1428 variedades de alimentos consumidos no país e 235 preparações culinárias, resultando em 3522 códigos para identificar as várias formas (com ou sem casca, se foi cozido ou frito, etc.). A preocupação da publicação de Vasconcellos é entender as principais fontes de calorias no país. Selecionou-se todos os alimentos que representem mais de 1% dos ganhos calóricos e os trinta principais, objetos de pesquisa, representam 80,97% das calorias consumidas no âmbito nacional.

O ENDEF separou as regiões da seguinte forma:

Região 1 -Rio de Janeiro;

Região 2 -São Paulo;

Região 3 -Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

Região 4 -Minas Gerais e Espírito Santo;

Região 5 -Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia;

## Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP Santos-2014

8

Região 6 -Distrito Federal (Brasília); e,

Região 7 Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás constituem uma subdivisão da região 7 muitas vezes chamada de região 8 ou 7-B (IBGE, 77: 12).

Algumas conclusões são apontadas por Vasconcellos nos mostra o perfil alimentar da época. O arroz polido é o alimento de maior aporte calórico (15,87% das calorias consumidas no país) e tem na região cinco (nordeste) seu mais baixo nível de importância. Segundo ele, essa discrepância se dava pelo consumo do arroz pilado ou integral. Ora, se olharmos a tabela, o percentual do arroz integral é de 5,94% enquanto arroz polido é de 6,43%. Encontramos a grande diferença e um dos possíveis motivos para o baixo consumo de arroz polido no consumo de farinha de mandioca, que representa 21,91% das calorias ingeridas, enquanto em outras regiões, como a do Rio de Janeiro, representa apenas 2,48%. Percebemos a farinha de mandioca como de fundamental importância no nordeste. Ela também aparece na região sete, que engloba os atuais norte e centro-oeste como o segundo produto (11,84%). Vale destacar que o arroz polido é detentor de 22,74% em São Paulo e 22,76% no Distrito Federal (VASCONCELLOS, 1987: 4).

O milho em grão só tem importância no nordeste e a farinha de trigo é importante na região 3 (sul), chegando a 10,14%, enquanto nas outras regiões não chega a 1%. Quanto maior a urbanização, maior o consumo de farinha de trigo e produtos industrializados. O pão francês aparece protagonista para todas as regiões, chegando a 7,74% no Rio de Janeiro e uma média nacional de 5,21% (VASCONCELLOS, 1987: 4).

Em uma reportagem da *Revista Veja* de 16 de março de 1977, que comenta os resultados parciais da pesquisa, aparece como o alimento mais consumido na área metropolitana o leite, seguido do arroz e açúcar. E diz (1977: 81):

a palavra 'fome' seria constantemente citada nos relatórios das equipes de campo. Em São Paulo, por exemplo, seria encontrada uma família que não comeu absolutamente nada durante os três primeiros dias da pesquisa (...). No Rio de Janeiro, não foram poucas as constatações de famílias que enganavam a fome com grandes quantidades de água açucarada.

Realmente, o açúcar aparece como o segundo produto em importância calórica em todas as regiões (exceto a sete onde é o terceiro) e tem a média nacional de 11,89%

9

(VASCONCELLOS, 1987: 6).

Os feijões refletem as preferências regionais pelo tipos localmente consumidos. Enquanto o feijão preto representa no Rio de Janeiro 6,89%, em São Paulo esse número cai para 0,19%. O mulatinho e o de corda são muito consumidos no nordeste (4,51% e 7,37% respectivamente) e em São Paulo aparece o consumo do roxo, com 2,01%, e do rosinha (2,20%) (VASCONCELLOS, 1987: 6).

O óleo de soja é importante na maiorias das regiões, apresentando uma média nacional de 3,96% sendo que São Paulo detém 7,39%. A exceção ocorre no nordeste, onde o consumo médio de óleos vegetais é muito baixo, menos de 1%. A banha de porco é importante nas regiões 3, 4 e 7, o que explica a leve queda do óleo de soja nestas. Esse estudo mostra como a banha de porco está nos meios rurais enquanto nas cidades se usa óleos vegetais (VASCONCELLOS, 1987: 4).

Vasconcellos também fala da incidência dos alimentos mais significativos na dieta familiar para criar grupos alimentares no Brasil, formando 26 tipos. O tipo 1, por exemplo, é formado pelo grupo que se alimenta principalmente de pão de trigo, mandioca, feijões, arroz e carne, sendo característico das regiões urbanas, principalmente no nordeste. Já o tipo 2, formado pelo consumo predominante de mandioca e feijões, é muito frequente nas zonas rurais no nordeste. Para ele, o tipo mais completo seria o 19, composto principalmente por arroz, pão de trigo, óleo de soja, carne e leite. Este seria o retrato das famílias ricas do país concentradas principalmente nas regiões urbanas do sudeste e sul e representando 11,3% das pesquisadas (VASCONCELLOS, 1987: 54).

Com exceção do açúcar, que aparece em todos os grupos, os alimentos que mais são citados – arroz polido e os feijões – estão em vinte e três grupos. Logo depois vem o pão e a farinha de mandioca (VASCONCELLOS, 1987: 41-58). A pesquisa encontrou uma grande diversidade alimentar, tanto de alimento, quanto do preparo e uma enorme discrepância de consumo entre as famílias. Mas isso não servia ao projeto nacional. Esta era uma preocupação nutricional. O que conclui a pesquisa, por fim, é que a insuficiência nutricional e calórica não passava pela ignorância alimentar, passava sim, pela renda. Na matéria do jornal *Folha de São Paulo* relata um estudo feito com dados do ENDEF em que 62,7% das famílias tinham deficiência calórica na alimentação e, coincidentemente, o número das famílias no país com renda mensal de até dois salários mínimos era de 62,4% (1981: 8). E mais do que isso, 40% estavam em uma situação de “penúria alimentar” e apenas 9% tinha uma alimentação adequada. Assim, o entendimento foi que o problema da fome no país estava ligado à

10

distribuição de renda e não à informação nutricional como algumas campanhas que mostramos defendiam.

Esses dados não foram levados à população na época. Porque a pesquisa não foi explorada e divulgada? A fome não interessava à propaganda política. A miséria, em pleno “milagre econômico” não agradava aos militares. As análises, principalmente qualitativas, tiveram a divulgação proibida porque alguns registros eram alarmantes: eram bóias-frias comendo folhas do cafezal, famílias que ingeriam apenas casca de batata cozida, lixo, ratos, carvão, sabão, miolo de xaxim, lavagem de porco e minhocas. “Uma pesquisadora ficou estarrecida quando viu duas crianças brigando pelas suas fezes” no estado do Rio de Janeiro (LESSA, 1985: 33). Assim, a fome tornou-se um tabu neste período e a pesquisa somente chegou ao público onze anos mais tarde, com apenas algumas menções na imprensa antes disso.

Para a campanha do governo ditatorial seria importante, assim como fez Mussolini, falar de um país que come feijão arroz, coeso e desenvolvido. Olhando para a análise de Vasconcellos, não deixaria de ser respaldado nos números, já que em quase todos os tipos alimentares eles são citados. Porém, mais factível, era falar da nação com fome e açúcar em seu cardápio. E no Brasil do “milagre econômico” esses dados não tinham espaço. “(...) A inclusão ou a exclusão de quesitos, a maneira de formulá-los e o significado que lhes é atribuído são, em certa medida, reveladores das preocupações e dilemas que marcam o pensamento social de uma época (...) (OLIVEIRA: 29).

Se por um lado hoje temos acesso a muitos dados do ENDEF que nos fornecem uma medida importante de como se alimentavam as famílias brasileiras na década de 70, por outro, vemos na política ditatorial o receio de assumir que o milagre era para poucos. “Esquecer, ou ao mesmo interpretar mal a história, é um fator essencial na formação de uma nação” já disse há muito tempo Ernest Renan (1882).

Hobsbawm discorre sobre o assunto no texto “Não basta a história de identidade” (1998). O que difere a construção do passado para um fim identitário da análise histórica é a seleção prévia daquilo que é bom para a causa, para o país e muitas vezes anacronismo, descontextualização e omissão daquilo que não serve. Neste sentido, se aproxima do processo de memória, que elege os fatos. Porém, muitas vezes, o historiador acaba por reunir elementos que serão usados para a formação dessa identidade e, nesse sentido, não há como dissociar o nosso trabalho da política contemporânea. “As nações são entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo” (HOBBSAWM, 2007: 285). Assim, a maior

## Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP Santos-2014

11

pesquisa sobre consumo alimentar feita no país não pode ser usada na campanha ditatorial para corroborar os desejos do governo. Ficou, durante muito tempo, no ostracismo, cabendo a nós sua análise posterior para mostrar, inclusive, os projetos nacionais.

### **Bibliografia**

“BAIXA renda é a maior causa da desnutrição”. *Folha de São Paulo*. Primeiro caderno. 30 de novembro de 1981. p 08.

“O BRASIL vai saber quem come bem e quem come mal”. *Folha de São Paulo*. Primeiro caderno. 21 de agosto de 1974. p 09.

COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. “Saberes e Memórias: cozinha italiana e construção identitária em São Paulo”. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, 2009.

CASTRO, Josué. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

\_\_\_\_\_. “Fome como força social: fome e paz”. In: *Fome, um tema proibido*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. “A campanha geográfica”. *O Observador Econômico e financeiro*. Rio de Janeiro, p 129-135. abr/jun 1940. p 129.

“A FOME na mesa”. *Revista Veja*. Edição 445, 16 de março de 1977. p 81.

IBGE. Estudo Nacional de Despesa Familiar – Tabela de composição de alimentos. 5 edição, Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. Estudo Nacional de Despesa Familiar – Manual de Instruções. Rio de Janeiro, 1974.

\_\_\_\_\_. Estudo Nacional de Despesa Familiar – Dados Preliminares. Rio de Janeiro, 1977.

\_\_\_\_\_. Memória – Sínteses históricas e linha do tempo. 2014. Disponível em: <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/linha-do-tempo> acessado em 06/01/2014.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Jane Souto, “*Brasil mostra a tua cara*”: *imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000*. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, texto para discussão 06. Rio de Janeiro, 2003.

LESSA, R. “Retrato proibido da fome”. *Revista Isto É*. São Paulo: Gazeta Mercantil S.A., ano 9, n. 458, 02/10/85, p. 30-34.

MALAVOTA, Leandro; SANTANA, Luciana e MONTEIRO, Pedro. “Um retrato que o Brasil desconhece: a documentação do ENDEF como fonte de informações para o historiador” XVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.

PENHA, Eli Alves. A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo. *Memória Institucional – 4*, IBGE. Rio de Janeiro, 1993.

*Revista Brasileira de Geografia*, n. 2 ano II, abril 1940. p 47.

RENAN, Ernest (1991) 'What is a Nation?', (aula dada em Paris, 1882).

Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP  
Santos-2014

12

RODRIGUES, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade*. Uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920-1960. São Paulo: Alameda, 2011.

RUBINSTEIN, Licia. “O censo vai contar para você”: design gráfico e propaganda política no Estado Novo”. Dissertação de Mestrado. PUC Rio, Rio de Janeiro, 2007.

SENRA, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras, v.4: estatísticas formalizadas (1972-2002)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009a.

\_\_\_\_\_. *Uma breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002)*. Rio de Janeiro: IBGE/CDDI, 2009b.

VASCONCELLOS, Maurício Teixeira Leite de. *Os principais tipos alimentares do Brasil*. Divisão de Políticas Alimentares e de Nutrição, FAO, 1987.